



NÃO À ABSTENÇÃO
DEMISSIONISTA!

PELA PARTICIPAÇÃO ACTIVA
NO PROCESSO ELEITORAL!

I. A UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS sempre denunciou e denuncia o decreto burla de gestão dos estabelecimentos de Ensino Superior como uma medida do MEIC, tomada nas costas dos interessados e recusando toda a participação insistentemente proposta pelas Escolas, como uma medida destinada a liquidar a Gestão Democrática e a entregar todo o poder ao sector mais conservador das Faculdades, agora reagrupado em novo Conselho Escolar imprópriamente chamado Conselho Científico. A criação deste órgão, enquadrada na actividade legislativa do MEIC que lhe permite encerrar Escolas que politicamente não lhe agradam, declarando-as "em decadência pedagógica", ou criar Comissões Científicas Interuniversitárias com funções consóries sobre os curriculos escolares, visa anular todas as modificações progressistas operadas no ensino, sujeitando-o à política mais geral da recuperação capitalista. À semelhança, aliás do que tem vindo a acontecer no Ensino Secundário e nas Escolas do Magistério Primário

II. A SITUAÇÃO ACTUAL caracteriza-se por um novo impulso na ofensiva multiforme do MEIC contra as Escolas, especialmente aquelas que sofrem transformações profundas ao longo do processo democrático,

As posições de força que o MEIC vem assumindo, posições que o levam a recorrer à polícia para encerrar injustificadamente Escolas, são possíveis porque a sua política vem sendo firmemente apoiada não só pela direcção do seu Partido (vide a última reunião da Comissão Nacional na Figueira da Foz), como também por toda a direita, que não cessa de o aplaudir e incentivar, e pelos seus serventuários e apaniguados dentro das Escolas. Contra tal barreira não pode o Movimento Estudantil por si só, sem o concurso de outras forças sociais, opôr-se frontalmente em condições de sucesso. Aqueles que, incapazes de analisar friamente a situação, querem em Dezembro arrastar a luta para um beco sem saída, forçando tal confronto directo, teriam conduzido, se tivessem êxito, a luta pela Gestão Democrática à derrota certa. E teriam criado, por arrastamento, as condições propícias à liquidação do que resta das transformações progressistas efectuadas no ensino e que hoje congregam em sua defesa todos os sectores progressistas: é o saneamento de fascistas notórios, os novos curriculos escolares e os métodos de avaliação de conhecimentos, as novas relações professor-aluno e de convívio democrático nas Escolas.

A esta ofensiva que o MEIC, verdadeiro ponta de lança da direita, vem desferando, junta-se uma certa desmobilização estudantil ocasionada pela efectivação de provas de avaliação de conhecimentos e o aproximar dos exames. É assim a luta pela Gestão Democrática terá de prosseguir sob novas formas, conjugando as acções de massas com o aproveitamento de todas as possibilidades legais que forem permitidas.

No concreto a nossa Escola está sem órgãos democráticos. Reunem e decidem apenas órgãos não eleitos (Comissão Directiva Provisória, plenipotenciário Conselho Científico-Conselho Escolar). Urge pôr cobro a esta situação, que a prolongar-se eternizaria uma situação anti democrática de consequências imprevisíveis, alegando órgãos de gestão de acordo com os seis pontos mínimos de Gestão Democrática, e lutando em seguida pela sua imposição e reconhecimento legal junto do MEIC.

III. PARTICIPAÇÃO NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES — NECESSIDADE DE IMPERIOSA PARA CONTINUAR A LUTA PELA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Neste contexto ganham especial importância as eleições para a Assembleia de Representantes, a realizar no próximo dia 4 de Fevereiro. Transformar a Assembleia de Representantes num órgão que intervenha activamente em todas as questões que digam respeito à vida interna da Escola, apresentar a Assembleia de Representantes como interlocutor da Escola perante as entidades legais, em alternativa ao Conselho Científico, transformar a Assembleia de Representantes em terreno de luta pela Gestão Democrática e em estrutura de defesa dos interesses pedagógicos e científicos de docentes e estudantes é o programa que as forças progressistas devem apresentar nestas eleições. Assim a eleição da Assembleia de Representantes NÃO será o primeiro passo, seguido de outros, do cumprimento do decreto. NÃO será a viabilização do decreto de gestão do dr. Sotto-Mayor Cardia. ANTES PELO CONTRÁRIO, uma Assembleia de Representantes maioritariamente progressista, reflexo da vontade da Escola, deverá fazer saber ao MEIC que defende na prática e exige a consagração legal dos seis pontos mínimos de Gestão Democrática, que se recusa a eleger um suspeito Conselho Disciplinar, bem como a tomar, face ao Conselho Directivo, outra posição que não seja a ratificação dum Conselho a eleger pela Escola em voto directo, secreto e universal. Este programa não só é viável como está ao nosso alcance: e o MEIC para o recusar terá que tripudiar sobre a sua própria legislação, desmascarando-se completamente perante a Escola, a opinião pública e todos os que honestamente ainda acreditam nele.

A palavra de ordem de abstenção no processo eleitoral é a perspectiva derrotista. Entregar de mão beijada a Assembleia de Representantes às forças de direita seria possibilitar a eleição de órgãos internos da Escola apoiantes do Conselho Científico e avilzantes da política ministerial. Seria dar maior capacidade de manobra às forças conservadoras e reacçãoárias. Seria concerteza um grande passo na derrota total do Movimento Estudantil.

Não quer isto dizer que a luta no terreno eleitoral que se avizinha seja a única forma de continuar a pugnar pela Gestão Democrática. Mas é uma delas, e importante. Não está o Movimento Estudantil em posição tão forte que possa desprezar esta ou qualquer outra forma. Será uma grande derrota para o MEIC e para as forças que o apoiam, e uma grande vitória para a Escola se for eleita uma Assembleia de Representantes com maioria de membros que contestam o decreto de gestão e a política do MEIC, e dispostos a defender os interesses dos estudantes, professores e funcionários, a Gestão Democrática, e uma perspectiva progressista para o Ensino.

IV. NO TERRENO EXTRA ELEITORAL, fora dos órgãos de gestão e direcção da Faculdade, uma vasta actividade, em domínios inseparáveis da Gestão Democrática, há a desenvolver desde já: a mobilização contra a reintegração imposta dos professores saneados, divulgando, esclarecendo principalmente os estudantes dos dois primeiros anos, como era a actuação desses senhores antes do 25 de Abril; a mobilização para a defesa das alterações pedagógicas e curriculares positivas efectuadas nos últimos três anos (recordar que antes do 25 de Abril em muitas das cadeiras as frequências eram obrigatórias, sendo excluído de exame quem a elas faltasse ou obtivesse média inferior a 8; que hápena de exame se fazia apenas para médias superiores a 13; que na generalidade a avaliação de conhecimentos constava apenas das frequências e exames, essencialmente voltadas para a memorização, não sendo permitidas durante elas quaisquer consultas bibliográficas), já que parece estar eminente a saída de legislação sobre este assunto por parte do MEIC (mais uma vez no segredo dos gabinetes, sem consulta às escolas, aos directamente interessados); a mobilização para a defesa do funcionamento democrático da Escola.

A GESTÃO DEMOCRÁTICA DEFENDE-SE ASSIM NÃO SÓ, MAS TAMBÉM NA ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES.

Coimbra, 19. JAN. 1977

O Secretariado da Célula da FCTUC
da UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS